

## **Dashboard de Desigualdades de Rendimento e IRS referente a 2022<sup>1</sup>**

**Adriana Lopes e Paulo Costa<sup>2</sup>**

O *Dashboard de Desigualdades de Rendimento e IRS* referente a 2022<sup>3</sup> foi recentemente publicado pelo GPEARi. As cinco tabelas permitem uma análise completa dos níveis e desigualdades dos rendimentos, bem como dos efeitos redistributivos e taxas efetivas deste imposto, ao longo de toda a distribuição, com enfoque nos topos da mesma.

Este *dashboard* utiliza dados administrativos das notas de liquidação do IRS, disponibilizando informação sobre a distribuição dos rendimentos englobados em sede deste imposto. Todos os anos são publicadas três versões deste *dashboard*, nomeadamente por adulto equivalente, por sujeito passivo e por agregado fiscal.

Analisando a versão por adulto equivalente, observa-se que, em 2022, o índice de Gini nos rendimentos disponíveis fixou-se em 37,4, 0,3 p.p. abaixo do registado em 2021, mantendo a trajetória decrescente registada nos anos anteriores. O índice de Gini nos rendimentos brutos englobados situou-se em 42,6, 0,2 p.p. abaixo de 2021, levando a uma redução da desigualdade de rendimentos, por via do IRS, em 12,3% (12% em 2021). A desigualdade relativa aos rendimentos foi 12,3, superior em 0,2 p.p. face a 2021, não obstante ter registado uma diminuição do índice de progressividade de Kakwani em 0,1 p.p. (passou de 35,3 em 2021 para 35,1 em 2022).

Em 2022, após aplicação do imposto, o peso dos 40% com menores rendimentos no total aumentou 2,1 p.p., atingindo 17,7% pós-IRS. Por outro lado, o peso dos 10% com maiores rendimentos diminuiu 4,6 p.p., situando-se em 27,8% pós-IRS.

Analisando o indicador S80/S20, verifica-se em, antes de imposto, o top 20% tinham um rendimento 10,5 vezes superior ao *bottom* 20%, sendo que, após o imposto, a diferença se fixava em 8,3 vezes. No que toca ao S90/S10, os rendimentos do top 10% superavam os do *bottom* 10% em 28,5 vezes, antes de imposto, e 22 vezes, após o IRS.

**Quadro 1. Indicadores de desigualdade: Gini e Rácios de shares e de percentis**

	pré-IRS	pós-IRS
Gini	42,6	37,4
S90/S10	28,5	22,0
S80/S20	10,5	8,3
P90/P10	7,8	6,6
P90/P50	2,7	2,3
P50/P10	2,9	2,9

Fonte: GPEARi, com dados AT.

<sup>1</sup> Publicado no [Boletim Trimestral de Economia Portuguesa \(Janeiro 2024\)](#).

<sup>2</sup> GPEARi-MF.

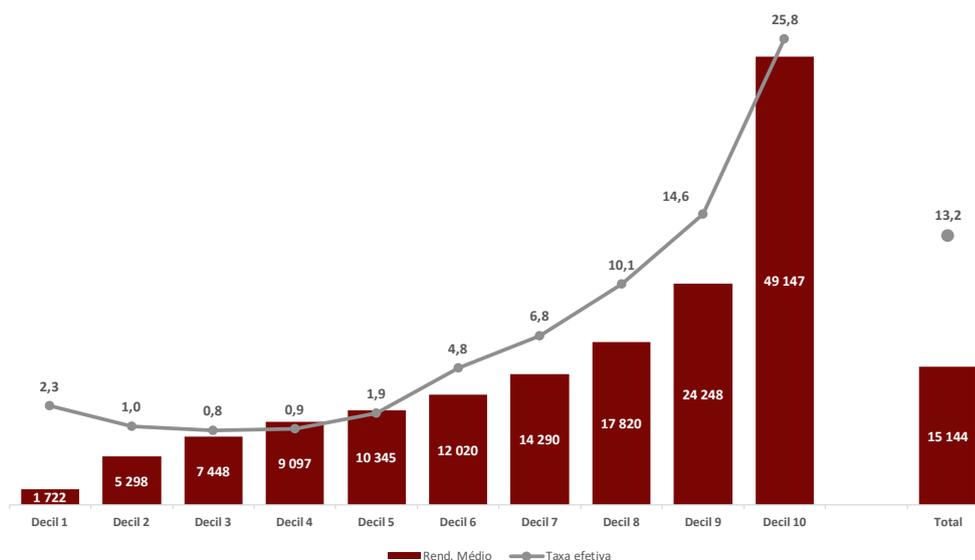
<sup>3</sup> <https://www.gpeari.gov.pt/pt/web/pt/fiscalidade-e-desigualdade>.

Passando para a análise por decil do rendimento bruto, verifica-se que o rendimento médio aumentou 5,5% face a 2021, situando-se em 15 144 euros, em 2022. O Gini registou uma diminuição na maioria dos decis do rendimento bruto, com exceção dos decis 3,5,6 e 10 que aumentaram, aproximadamente, 0,1 p.p.

No que se refere à taxa efetiva, observou-se um aumento de 0,2 p.p. face a 2021, fixando-se em 13,2%. O decil 8 foi o que registou o maior aumento (0,5 p.p.) e o decil 5 o único a registar uma diminuição na taxa efetiva em 0,4 p.p., possivelmente justificado pela alteração da regra do mínimo de existência<sup>4</sup>.

Os decis 1 a 4, embora correspondam a rendimentos abaixo da remuneração mínima mensal garantida, apresentam uma taxa efetiva positiva, refletindo o imposto relativo a tributações autónomas de rendimentos não englobados que estão incorporados na coleta líquida considerada (o rendimento englobado constante nas notas de liquidação não inclui o rendimento sujeito a tributações autónomas).

**Gráfico 1. Rendimento médio e taxa efetiva por decil de rendimento bruto**



Fonte: GPEARi, com dados AT.

Adicionalmente, constata-se que a receita do IRS provém maioritariamente dos 20% mais ricos (decis 9 e 10), representando 81,1% da totalidade do imposto.

**Quadro 2. Topos do rendimento bruto**

	Mínimo	Média	Gini	% pré-IRS	Taxa efetiva	% pós-IRS	% Receita
Top 5%	40 341	64 033	22,8	21,1	29,0	17,3	46,5
Top 1%	71 536	116 470	25,6	7,7	35,5	5,7	20,7
Top 0.1%	165 026	312 172	31,8	2,1	41,7	1,4	6,5
Top 0.01%	499 918	951 141	30,9	0,6	43,6	0,4	2,1
Top 0.001%	1 563 975	2 766 180	22,3	0,2	40,3	0,1	0,6
Bottom 95%	0	12 570	35,0	78,9	9,0	82,7	53,5

Fonte: GPEARi, com dados AT.

<sup>4</sup> A regra do mínimo de existência foi alterada pela LOE23, com aplicação retroativa aos rendimentos de 2022.

Observando os topos do rendimento bruto, verifica-se, em 2022, um aumento do rendimento médio em todos os topos. Em sentido contrário, a taxa efetiva diminuiu nos topos 0,1%, 0,01% e 0,001%, refletindo-se numa redução do seu peso na coleta.